

MARÉ

DE NOTÍCIAS

EDIÇÃO
160

UMA MARÉ DE MÃES



FOTOS AFFONSO DALUA

ACESSE O SITE



ECOCLIMA | PROJETO COMPLETA 1 ANO DE MOBILIZAÇÃO POR JUSTIÇA AMBIENTAL E CLIMÁTICA NA MARÉ - PÁGINAS 4 E 5.

DIA DAS MÃES | COMO A CULTURA AJUDA MULHERES A GERAR RENDA E TER UMA MATERNIDADE MAIS LEVE - PÁGINA 10 E 11.

EDITORIAL

O mês das mães e dos trabalhadores ser o mesmo mês, deve querer dizer alguma coisa, afinal, as mães e os trabalhadores são os pilares do mundo. No país em que a maioria das famílias são sustentadas por mulheres, conjugar esses dois fazeres se torna ainda mais importante.

Ambos são vitais para o crescimento humano, impulsionam o progresso da sociedade, moldam nossas vidas. O imaginário também passa por funções abnegadas, de dedicação plena e apoio constante a empresas, empreendimentos ou lares.

Infelizmente, a maioria das mães e trabalhadores do mundo também partilham a precarização e invisibilidade de suas funções, mas ela nunca é igual para todos.

Mulheres negras, segundo a pesquisa do banco Goldman Sachs, de 2023, tem sua inserção no mercado de trabalho prejudicada, por não terem com quem deixar os filhos. Nos Estados Unidos, 24% das mulheres negras com filhos gastam mais de 20% da renda com pessoas ou instituições para cuidar das crianças. No Brasil, os recentes dados do IBGE apontaram que, a taxa de trabalho informal das mulheres negras é de 45,4%, enquanto a das mulheres brancas é de 39,6%.

Maio é um mês de celebração dupla, mas de trabalho múltiplo. Um feliz mês para as mães e trabalhadores da Maré.

TARGIFOR | DICA DE SAÚDE

VITAMINAS ESSENCIAIS
PARA O CORPO



PARTICIPE DO
GRUPO DE SUGESTÃO
DE PAUTA DO MN



EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da
maré
MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1008A
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores
da Maré

**EDITOR EXECUTIVO E
JORNALISTA RESPONSÁVEL**
Affonso Dalua

EDITORA
Ana Paula Lisboa

FOTOGRAFIA
Affonso Dalua
Douglas Lopes
Elisangela Leite
Gabi Lino
Pachick Marinho
Pedro Prado

**COLABORARAM NESTA
EDIÇÃO**

Ana Paulo Lisboa
Andreza Paulo
Henrique Silva
Hélio Euclides
Luise Freire
Maria Teresa Cruz

REVISÃO

Tatiana Lima

PROJETO GRÁFICO

Affonso Dalua

DIAGRAMAÇÃO

Affonso Dalua

IMPRESSÃO

Gráfica Tribuna

TIRAGEM

10 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO
REPRESENTAM A OPINIÃO
DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO
DOS TEXTOS, DESDE QUE
CITADA A FONTE.

FALE CONOSCO:

Email: maredenoticias@redesdamare.org.br

Whatsapp: +55 21 97271-9410

REDES SOCIAIS:

Twitter: @maredenoticias

Instagram: @maredenoticias

Facebook: fb.com/maredenoticias

REDAÇÃO MARÉ DE NOTÍCIAS

Rua Sargento Silva Nunes, 1008A

Nova Holanda – Maré

Telefone: +55 (21) 3104-3276

PATROCÍNIO:



Targifor

APOIO:



magalu

REALIZAÇÃO:



MINISTÉRIO DA
CULTURA



VITÓRIA CONTRA A IMPUNIDADE

Morte de mareense em 2015 respalda decisão que obriga Estado a indenizar familiares vítimas de violência policial

MARIA TERESA CRUZ

A morte do mareense Vanderlei Conceição de Albuquerque, de 34 anos, deu origem à decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF) que, obriga o Estado a indenizar familiares e vítimas de ferimentos ou morte por arma de fogo em operações policiais.

O julgamento do caso pelo STF começou em outubro do ano passado e terminou em abril deste ano, quando, por 9 votos a 2, os ministros aceitaram a tese de responsabilização do Estado quando, durante operação policial, uma pessoa é morta ou ferida por arma de fogo. Os ministros também decidiram estender a mesma decisão para casos semelhantes que venham a acontecer no futuro, a chamada "tese de repercussão geral".

ÚLTIMA INSTÂNCIA

Em 18 de junho de 2015, Vanderlei foi atingido dentro de sua casa, na Vila dos Pinheiros, durante uma operação feita por agentes do Exército e policiais militares. À época, a Maré estava ocupada pelas Forças Armadas. Duas semanas após a morte de Vanderlei, o Exército passou a operação que, oficialmente era chamada de "pacificação da Maré", à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ao todo, foram 14 meses de ocupação.

Na ocasião, familiares de Vanderlei relataram que ele foi atingido dentro de casa, trabalhava como auxiliar de pedreiro e era responsável por parte do sustento do lar. A versão oficial indicava que policiais e agentes do Exército estavam sob intensa troca de tiros com grupos armados que atuam na região, quando a vítima teria sido atingida.

A família entrou com um pedido de indenização e perdeu em duas instâncias. A perícia não foi capaz de identificar de onde partiu o projétil que matou Vanderlei, principal argumento do Estado para dizer que não havia como identificar quem era o responsável pela morte.

O caso chegou então à última instância da justiça brasileira: o Supremo Tribunal Federal, cuja sentença determinou que, independentemente de onde veio o tiro, a família de Vanderlei tem direito a ser indenizada. Para o STF, o Estado tem responsabilidade direta pela atuação de seus agentes.

PERÍCIA

Para **Marcela Cardoso**, advogada do Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, o desfecho do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1385315, o nome técnico dessa ação, representa uma importante vitória.

"A decisão tira das vítimas e familiares a responsabilidade de provar que o dano foi causado pelo Estado e traz para o Estado a responsabilidade sobre o exercício do seu poder de polícia com mais cautela e respeito aos direitos e garantias fundamentais dos brasileiros. Anteriormente a essa decisão, as mortes e ferimentos causados por agentes do Estado em operações policiais eram consideradas como danos colaterais ao exercício da função estatal", explica.

Marcela aponta para outro fator que foi tema de grande discussão neste processo: a dificuldade de realização da perícia em operações policiais. "A polícia civil quase nunca entra em territórios para fazer perícia, sob a alegação de risco aos seus agentes em territórios ditos conflagrados."

A advogada aponta que um segundo ponto é a demanda de se criar a cultura da perícia, já que os moradores não preservam o local do fato. Na necessidade de socorrer as vítimas e de retirar todos os vestígios violentos, como sangue e projéteis, dos seus espaços de convívio, as ruas e casas são lavadas, tirando os possíveis indícios do crime.

O tema da perícia é tão importante que apareceu na declaração do relator da ação, o Ministro Edson Fachin. "A atividade da perícia aqui é fundamental, relevante imensamente para que se possa apurar a realidade

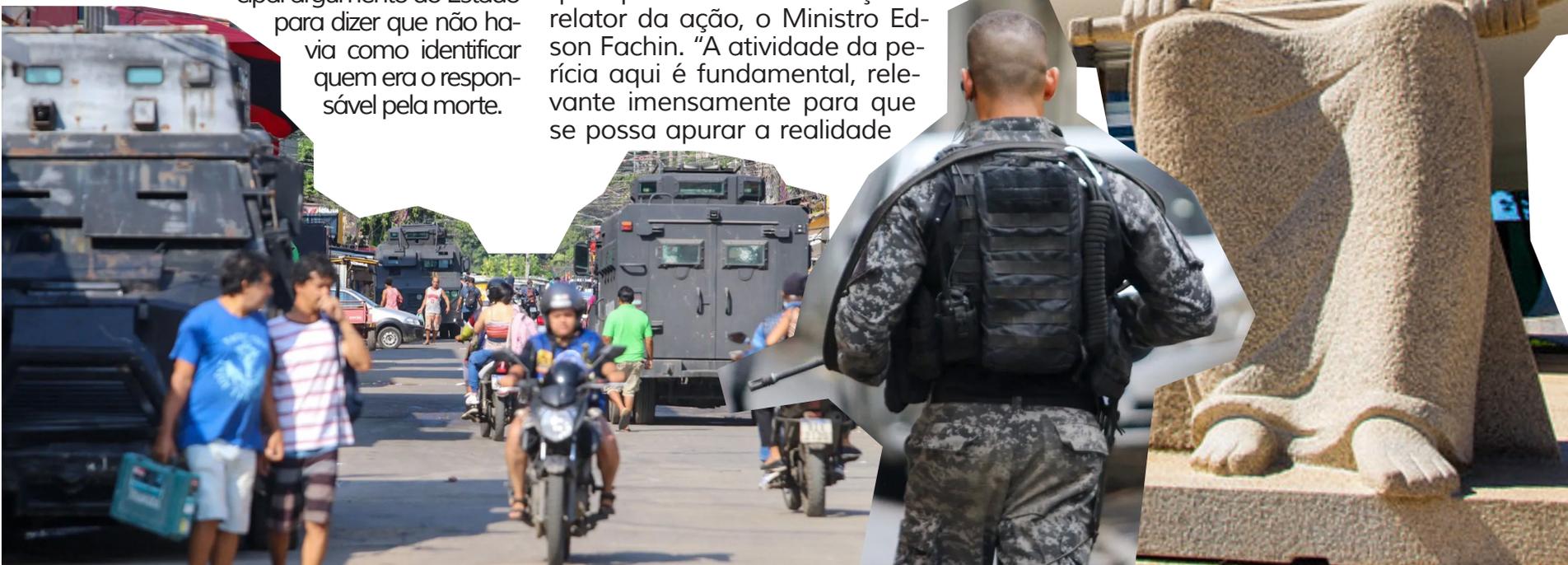
dos fatos e para aportar elementos suficientemente probatórios. Isso significa que, especialmente os estados, devem ter um aparato técnico e de recursos humanos com autonomia administrativa e financeira para realizar essas perícias".

PROTEGENDO DIREITOS

Marcela Cardoso destaca o trabalho de acompanhamento e atendimento jurídico realizado pelo Eixo de Segurança, junto a familiares vítimas de violência policial, como um importante espaço para que transformações como essa gerada pela decisão do STF aconteçam.

"Essa decisão muda o absurdo dessas ilegalidades e a pretensa simetria entre Estado, vítimas e familiares, se configurando enquanto uma grande vitória contra as impunidades, a blindagem estatal diante das arbitrariedades de seus agentes e reforçando juridicamente o cerco contra essa política pública de segurança, pautada em poder de polícia, violência e morte".

O Maré de Notícias procurou a família de Vanderlei para comentar o caso, mas não obteve resposta até o fechamento da edição.



ECOCLIMA COMPLETA UM ANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NA MARÉ

O projeto visa diminuir os efeitos das mudanças climáticas em quatro favelas do conjunto e construir um futuro sustentável

LOUISE FREIRE

O EcoClima (Núcleo de Economia Circular e Clima na Maré) completou um ano de mobilização territorial. A iniciativa da Redes da Maré, dentro do Eixo Direitos Urbanos e Socioambientais (Dusa), acontece a partir da parceria com a Petrobras e com o departamento de Engenharia ambiental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EA-UFRJ).

O projeto foi idealizado com objetivo de contribuir para a diminuição dos impactos da crise ambiental e criar um espaço integrado de economia circular em quatro favelas que compõem o conjunto da Maré: Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré.

Apesar dos efeitos negativos das mudanças climáticas atingirem todo o planeta, eles são mais sentidos e causam mais estragos para as populações pobres, pretas e que habitam as periferias urbanas. Após as destruições causadas por enchentes ou desabamentos, são também essas populações que demoram mais tempo para se recuperar ou serem reparadas pelo Estado.

Por isso, além do direito à educação, saúde, segurança pública, também é importante pautar o direito ao meio ambiente nas favelas, que está relacionado ao esgotamento sanitário, a qualidade do ar, o abastecimento de água, a drenagem das chuvas e a gestão adequada dos resíduos sólidos.

SOLUÇÕES EM CONJUNTO

De acordo com o coordenador do EcoClima, **Rian Queiroz**, a principal preocupação no primeiro ano foi estabelecer um diálogo significativo entre os jovens da Maré e as ferramentas, estratégias e métodos necessários para enfrentar os impactos da crise climática. Assim, buscando soluções em conjunto.

“Este processo não apenas nos permitiu compreender a concretude dos problemas ambientais, mas também destacou como esses problemas afetam o cotidiano da favela. A partir dessa perspectiva, surgiram oportunidades para propor alternativas eficazes que fossem genuinamente adaptadas à realidade local”, explica Queiroz.

Uma ação importante do projeto foi a pesquisa: *EcoClima - Diagnóstico sobre tecnologias ambientais, futuro e mudanças climáticas na Maré*, realizada por meio de entrevista com moradores. O estudo pretende entender a percepção dos maréenses sobre a situação socioambiental da região para reivindicar políticas públicas específicas e contextualizadas, que abordam os desafios enfrentados em relação à crise climática.

FORMAÇÕES

O EcoClima conta com 20 agentes climáticos, jovens de 15 a 29 anos, e quatro mobilizadores do conjunto da Maré. Ao longo do primeiro ano, os agentes participaram de formações sobre direi-

tos socioambientais, mudanças climáticas, ecologia e saneamento.

A educadora e coordenadora de formação, **Andrea Barreto**, explica o processo formativo dos jovens.

“A partir do processo de construção do conhecimento nas aulas, os agentes tiveram oportunidade de realizar e participar de algumas ações. Visitamos o Composta’ê, um negócio social que trabalha com compostagem; a área de Proteção Ambiental Catalão, onde houve possibilidade de conhecer diversidades de Mata Atlântica, animais que vivem naquela área e o mangue; e a estação de tratamento de resíduos da Comlurb, no Caju, onde os alunos tiveram a chance de conhecer um grande processo de reaproveitamento e reutilização de resíduos orgânicos”.

MULTIPLICAR O DEBATE

Para o mobilizador **Felipe Bacelar**, a realização dos processos formativos trouxe uma gama de aprendizados que os agentes podem replicar em outras favelas, refletindo sobre as mudanças climáticas que atingem diretamente e indiretamente a Maré.

“A importância do EcoClima no território é abrir espaços para diálogos sobre temas relacionados a mudanças climáticas, reutilização de reciclagem, de materiais resíduos orgânicos ou materiais que às vezes a gente acha que não tem um uso. O EcoClima quer trazer uma nova perspectiva para o território”, afirma Felipe Bacelar.



COMPOSTAGEM

Visa fomentar a compostagem de resíduos orgânicos na Maré e o aproveitamento do composto produzido para a produção de alimentos em hortas comunitárias. São feitos levantamentos de dados junto com o projeto CocôZap e mapeamento no território.



TELHADO VERDE

Desenvolve, através de experimentação, a execução de telhado verde através de um método simples e econômico que proporcione a redução do escoamento superficial de águas pluviais (da chuva), o aumento da biodiversidade, o isolamento térmico e acústico.



REPLANTIO E RECUPERAÇÃO DE MANGUE

Recuperação de um hectare de manguezal a partir da remoção de resíduos sólidos (como lixo), da proteção desse espaço contra a chegada de resíduos, além do plantio das espécies típicas de floresta de mangue em áreas não vegetadas.



BIODIGESTOR COM WETLAND

Um sistema de saneamento alternativo e ecológico que diminuirá o despejo de esgoto (doméstico/sanitário) na Baía Guanabara. Esse tipo de tratamento é totalmente residencial.



PRÓXIMOS PASSOS

Para o futuro, a meta é transformar o conhecimento produzido em soluções concretas para os problemas ambientais da Maré, como acúmulo de resíduos, ineficiência do saneamento básico, calor intenso e a degradação do ecossistema local. Junto com os educadores da UFRJ, os agentes estão trabalhando em protótipos de quatro tecnologias ambientais: composteira, biodigestor, telhado verde e replantio de mangue.

“Estamos comprometidos em desenvolver protótipos que atendam às necessidades específicas do nosso

território, levando em consideração sua realidade única. Pretendemos reimaginar e adaptar tecnologias consagradas, como composteiras, biodigestores e telhados verdes, para atender às demandas e condições específicas de uma comunidade de favela. Nosso objetivo não é apenas resolver problemas ambientais locais, mas também fortalecer a resiliência da favela e promover práticas sustentáveis que possam ser replicadas em outras áreas semelhantes”, ressalta o coordenador Rian Queiroz.



FOTOS DOUGLAS LOPES E PATRICK MARINHO

O DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NAS FAVELAS

O papel da mobilização comunitária na busca por justiça e paz em 30 anos de Maré

HENRIQUE SILVA

O direito à segurança pública para a população das favelas sempre foi um tema muito discutido entre especialistas, autoridades políticas e acadêmicas, visando compreender a relação direta desse direito a partir de experiências desastrosas dentro da política pública para as favelas. Muitas vezes, a resposta é resumida às operações policiais, o que gera uma falta de compreensão da totalidade das questões de segurança pública e sua dimensão estrutural.

Para discutir a garantia do direito à segurança pública como um direito humano, é necessário questionar a longa história de hierarquização da humanidade, que, por sua vez, levou à normalização de processos desumanizantes voltados para grupos específicos. Para os habitantes de favelas, na maioria negros e pobres, essa desumanização é algo histórico, remontando ao período colonial.

O PAPEL DA MÍDIA

Uma das principais ferramentas para o fortalecimento dos estereótipos dos moradores de favelas como pessoas indignas e violentas foi disseminado pela Grande Mídia. O jornal impresso por muitos anos foi um dos principais veículos de comunicação e desempenhou esse papel de reforçar estereótipos dos moradores de favelas.

Para exemplificar, em 1982, uma matéria do Jornal do Brasil teve grande repercussão na Maré, e provocou um desejo de resposta por parte dos moradores. A jornalista Lilian Newlands, após passar um mês na

favela Nova Holanda, publicou uma matéria intitulada *Na Nova Holanda, a malandragem é continuar vivo*. Ao longo da matéria de três páginas, o foco principal foi reportar a dinâmica de violência como característica da vida dos moradores.

A reportagem não foi bem recebida por um grupo de mareenses, que se organizaram e produziram uma carta em resposta, destacando os efeitos desses estereótipos propagados na mídia. A carta foi enviada para redação do Jornal do Brasil, que a publicou na íntegra. Um dos trechos dizia:

“Será que a repórter sabe que aqui em Nova Holanda moram pessoas que trabalham sol a sol para conseguir seu sustento e de sua família? Será que ela sabe que existem jovens que trabalham, estudam e, no final de semana, ainda tentam fazer algo pela comunidade e que foram mais marginalizados pela reportagem? Podemos citar grupos de pessoas que procuram o bem da comunidade como: a Escola Nova Holanda, a Igreja, a Golden Cross, Cebes (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde), a Creche Casulo.”

Reportagens como essa continuam a existir e a produzir visões estereotipadas sobre as favelas. Jornais, rádios, internet e programas na televisão exibidos no horário do almoço, trazem pautas sobre segurança pública que reforçam os espaços de favelas como um local onde as pessoas são violentas, imorais e criminosas.

LINHA DO TEMPO

Durante os governos de Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994) foi implementada uma proposta de po-

liciamento baseado na aproximação com a comunidade, que abriu novos espaços de diálogos entre as lideranças de favelas e os comandos das polícias. À época, a política foi considerada como um avanço no campo progressista sobre segurança pública.

Com o fim do governo Brizola, o modelo de segurança pública volta a ser destaque nas eleições para Governo do Estado e, ao longo dos anos 1990 e 2000, outra lógica de segurança pública se instaura.

O governo Marcello Alencar trouxe para o comando da Secretaria de Segurança Pública o General do Exército Nilton Cerqueira, integrante da ala mais repressiva do período da ditadura militar.

Em sequência, os governos de Anthony e Rosinha Garotinho seguiram a mesma lógica, contando com um novo reforço no poderio bélico: o Cavarião, instituído como principal bandeira de governo. Este aparato nas operações policiais fez com que o número de mortos e feridos aumentasse durante esses governos.

UPP E FORÇAS ARMADAS

Em 2007, o Rio de Janeiro recebeu a notícia que iria sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A política de Segurança Pública foi a que mais recebeu investimento para propagar a sensação de segurança e garantir a realização dos megaeventos.

O governo do Estado do Rio lançou em 2008 o programa de Unidade Polícia Pacificadora (UPP), com objetivo restabelecer o domínio estatal nas favelas controladas pelos grupos

FOTO ELISANGELA LEITE



armados. Na primeira fase da Pacificação, a polícia entrava nas favelas que seriam “pacificadas”, realizando operações e grandes incursões com uso de um potente material bélico, como tanques de guerra militares e helicópteros.

O conjunto de favelas da Maré, não chegou a receber uma UPP, no entanto, entre abril de 2014 a julho de 2015, a Maré foi ocupada pela força de pacificação, com a incursão 2.500 soldados das Forças Armadas do Brasil, com a incumbência de atuar de maneira permanente nas ruas das favelas. As tropas realizaram patrulhas 24h por dia, instalaram postos de controle, com o intuito de fazer revistas corporais aos moradores. O resultado dessa política de segurança pública foram centenas de mortes nas favelas da Maré e da cidade do Rio de Janeiro.

MOBILIZAÇÃO DOS MORADORES

É nesse contexto que Redes da Maré começa o trabalho de monitorar essas atividades, levantando denúncias que se estenderam para as operações policiais. O resultado desse trabalho culminou na publicação do *Boletim de Segurança Pública da Maré* de 2016.

Desde o primeiro boletim até os dados mais recentes de 2023, foram registradas 138 mortes causadas pela ação policial nas favelas da Maré - sendo mais de 80% de pessoas negras. Uma dessas operações ocorridas no ano de 2016, que já durava mais de 12 horas no território, foi interrompida por ordem judicial após representantes das Associações de Moradores locais, ONGs e a defensoria pública do estado procurarem o plantão judiciário.

A decisão inédita da Justiça visa proteger os 140 mil moradores da região, convocando os comandantes policiais para esclarecimentos. Esse episódio evidenciou a importância da organização e da busca por justiça na defesa dos direitos das populações de favelas e periferias.

O resultado dessa articulação foi a obtenção da Ação Civil Pública da Maré, em 2017, o que reforçou a necessidade do engajamento da sociedade civil na garantia do direito à segurança pública dessas comunidades.

MARCHE BASTA DE VIOLÊNCIA

Os primeiros meses de 2017 foram muito difíceis no Conjunto de Favelas da Maré, com 14 operações em três meses, 16 feridos e 12 mortes. Como resposta a essa violência foi criado pelas instituições e moradores do território o *Fórum Basta de violência, outra Maré é possível*, que se empenhou em organizar uma marcha contra violência.

A marcha completará 7 anos no dia 24 de maio deste ano, que reuniu mais de 5 mil pessoas, de diferentes bairros da cidade. O evento é um marco significativo na história da comunidade que reivindicou paz num ato público e político realizado nas ruas da Maré.

RETROCESSOS

Em junho de 2019, a Ação Civil Pública (ACP) que tinha sido conquistada pelos moradores em 2017, foi suspensa a pedido do Estado pelo poder judiciário, sob a alegação de que o Estado deveria continuar a realizar incursões policiais sob seus próprios parâmetros, o que causou uma reação imediata da

população da Maré.

O *Fórum Basta de violência* se reuniu novamente para iniciar uma série de mobilizações, a fim de sensibilizar os juizes no sentido de rever a suspensão da ACP. Uma das propostas foi para que as crianças da Maré escrevessem cartas aos juizes sobre vivências delas durante os momentos de confrontos armados.

Neste processo de mobilização comunitária, foram escritas mais de 1.500 cartas, enviadas em sequência à presidência do Tribunal de Justiça. Ao mesmo tempo, a Defensoria Pública do Estado entrou com um recurso para o restabelecimento da ACP.

Uma das principais formas de resistir às violações de direitos causadas pela ausência de segurança pública e as operações policiais é a subjetividade e agenciamento crítico, explicitadas em cartas dos moradores da favela. Como resposta à reportagem do *Jornal do Brasil* e às 1.500 cartas escritas por crianças da Maré, mostramos a força da mobilização e incidência política comunitária como estratégias que emergem da necessidade de garantir e reivindicar a segurança pública como um direito em territórios favelados.



“AQUI PARECE UM GRANDE CONDOMÍNIO!”

Apelidado no passado de “fogo cruzado”, o Conjunto Bento Ribeiro Dantas vive dias de paz e orgulho para os moradores

HÉLIO EUCLIDES

A comunidade de Bento Ribeiro Dantas surgiu em 1992, com o mesmo nome da via principal que ligava a Maré a Bonsucesso, antes de se tornar Linha Amarela. O Conjunto Bento Ribeiro Dantas foi construído onde no passado existiu a praia e o Porto de Inhaúma.

Localizado de frente para o Conjunto Pinheiros e, ao lado do Morro do Timbau, os primeiros moradores vieram de outras favelas, por meio do Programa Morar Sem Risco, da Prefeitura do Rio, que contemplava comunidades com perigo de desabamentos.

Formada por 541 casas, a favela foi construída pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB). Inicialmente, recebeu o apelido pejorativo de “Fogo Cruzado”, devido aos confrontos frequentes. Para **Felipe Dias**, presidente da Associação de Moradores do Conjunto Bento Ribeiro Dantas, esse passado ficou distante.

“Aqui é tranquilo, os moradores são excelentes e apoiam o trabalho. Nosso desafio como sucessor da grande presidente Cremilda Vicente é trazer melhorias nas áreas de saneamento básico, iluminação, lazer e projetos para os jovens”.

Cremilda foi uma liderança feminina importante do território, engajada nas lutas por melhores condições de vida. Ela faleceu em janeiro de 2023, aos 58 anos, após viver por 30 anos no conjunto.

ARQUITETURA SINGULAR

De acordo com o publicação *Maré que Queremos*, sistematizado pela Redes da Maré, o projeto da favela é de inspiração pós-modernista, utilizando o tijolo e o concreto aparentes.

O Laboratório de Habitação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), revela que o projeto foi vencedor de um concurso público que buscava diversidade, promovido pela Prefeitura de São Paulo, em 1991. O arquiteto Luiz Fernando de Almeida Freitas e a empreiteira Co.Opera.Ativa, inclusive, receberam o Prêmio Arquiteta Adina Mera, na categoria Espaço da Cidade/Desenho Urbano, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 1993, pela construção do Condomínio Popular Bento Ribeiro Dantas.

Apesar do investimento na arquitetura, quando o conjunto foi inaugurado, as ruas não tinham asfalto e não existia comércio próximo às casas. Os moradores mais antigos contavam apenas com o suporte de quitandas, mas quando precisavam de algo como açougue, era necessário ir a outras favelas.

EVOLUÇÃO

Muitos desses moradores iniciais vinham da favela da Varginha, em Manguinhos, e não se adaptaram à arquitetura do conjunto habitacional. Por isso, venderam as casas. **Edna Palmeira** vivia em uma casa alugada no Morro do Timbau e comprou a casa própria no conjunto há 30 anos.

Para Edna a construção era confusa, com escadas invasivas, e com a água e o esgoto em conjunto entre as casas. As habitações eram de dois andares, que pareciam ser da mesma família, mas não eram.

Hoje, os 541 domicílios se transformam em 943, com uma população estimada em 3.553 habitantes (Censo Maré 2013). Edna conta que as casas têm preços mais altos do que as das favelas vizinhas, como Vila do João e Morro do Timbau. Ela acredita que isso ocorra pela facilidade no acesso aos transportes e pela organização e limpeza das ruas.

“Aqui parece um grande condomínio!”

FOTOS GABI LILINO



CADERNO DE CULTURA

ARTISTA TRABALHA

Profissional que trabalha com a criatividade, muitas vezes sem formação acadêmica ou horas específicas de trabalho, o artista tem dificuldade de ser visto, até por ele mesmo, como um trabalhador ou trabalhadora

ANA PAULA LISBOA

O imaginário do trabalho artístico como sendo o fazer da fruição e inspiração.

Para os favelados, é ainda mais complexo ver o trabalho artístico como uma possibilidade de sustento e mobilidade social. A publicação *Marégrafia* identificou que apenas 3% das pessoas que trabalham com arte no território conseguem manter as despesas familiares somente com o subsídio desses trabalhos.

Não foram poucas as vezes em que sambistas e capoeiristas foram chamados de malandros e vagabundos. O preconceito e o racismo alimenta a informalidade e a falta de reconhecimento, principalmente financeira. Entrevistamos três trabalhadores da cultura, crias da Maré, para saber o que eles pensam sobre os seus trabalhos.

PRESTADOR DE SERVIÇO

“Eu sou Renato Cafuzo, escritor, ilustrador e designer gráfico. Eu sempre gostei de desenhar e de arte, mas antes de me entender como artista, eu já estava procurando trabalho”.

Eu fui fazer o curso de designer porque me dava a oportunidade de estar perto da arte era uma coisa que me daria um emprego, o que era importante pro meu pai, mas, ao mesmo tempo, tinha a ver com estética e com coisas que eu gostava. No curso, eu tive professores que eram ilustradores, e assim, eu comecei a ter referenciais de profissionais que trabalhavam com arte.

Quando fiz meu primeiro trampo como ilustrador para um livro, eu me vi um artista prestador de serviço.

O meu primeiro livro: “Muleque Piranha”, foi o meu primeiro trabalho totalmente autoral. Antes dele, eram trabalhos originais, mas que respondiam a uma demanda. O livro foi a primeira vez que eu pensei uma coisa, quis fazer, fui lá e fiz!

Eu não consigo ser artista 100% do tempo. Eu sou a parte dos artistas que faz essa dupla função: tenho um trabalho que me assegura uma grana todo mês e, ao mesmo tempo, toco a minha arte.

É claro que a minha profissão formal dialoga

muito com meu fazer artístico, eu tenho muita sorte por isso. Mas o bônus é que eu não preciso aceitar qualquer trabalho, eu posso escolher fazer coisas que dão o tom do que eu entendo como minha carreira. O problema é o peso da sobrecarga de ter dois trabalhos ao mesmo tempo”.

ARTISTA EXCEÇÃO

“Eu sou Wallace Lino, sou roteirista, dramaturgo, professor, mas tudo isso está articulado à minha existência, de uma pessoa preta, bixa, atravessada de múltiplas culturas. Eu gosto muito dessa imagem do tempo espiralar, eu acho que ele cabe muito na minha vida.

Minha família tinha uma expectativa do que se espera da trajetória de sucesso de um jovem negro, porque minha mãe é professora. Aos 13 anos, ela me colocou num programa de primeiro emprego.

Um dia eu acordei revoltada e falei com a minha mãe: não vou mais trabalhar, você vive falando que a gente tem que ter sucesso e eu não vou conseguir nada lá.

Ela disse: ok, eu vou te bancar até os 21 anos, mas eu só vou te dar o que vestir e o que comer.

No dia seguinte, eu passei em frente à Redes [da Maré] e tinha um cartaz de seleção para jovens, tinha bolsa de 200 reais e, a partir daí, eu virei a garota projeto.

Eu percebo que a minha experiência é uma experiência de exceção, porque a outra profissão que eu escolhi pra viver, é ser professor de teatro. Então eu estou trabalhando com arte o tempo inteiro. Eu tive momentos difíceis, trabalhando com coisas que eu não gostava, sofri mais porque eu sou bonita (risos).

Ter passado pela academia e ter tido outras experiências, me fez ver que existe um cenário antes mesmo de você pensar em ser artista, e você está dialogando com esse cenário. Ele é machista, misógino, elitista. O apadrinhamento não acontece pra todo mundo, o que é acontece é: eu vou arrombar essa porra!”

Leia a matéria completa e a entrevista com MC Jessi no QR code abaixo.



MATERNIDADE E CULTURA

Diante de tantos atravessamentos, a cultura chega como um acolhimento e refúgio para um maternar digno e mais leve

ANDREZZA PAULO

Diversas iniciativas culturais florescem nas favelas, muitas vezes esses primeiros passos são impulsionados pela criatividade e resiliência das mulheres e mães. Através de atividades como artesanato, artes visuais, fotografia, música, culinária, dança e teatro, elas encontram alternativas para gerar renda e sustentar as famílias.

O Censo Maré indica que as mulheres acima dos 15 anos são chefes de família em 44% dos lares do território. A cultura tem papel fundamental nesta economia.

DOCE CULTURA

O Datafolha através de uma pesquisa realizada em 2021 revelou que, 72% das mães que vivem nas favelas, não têm acesso a creche para os filhos, o que impacta diretamente nas condições de trabalho e, conseqüentemente, no sustento da família. De acordo com o IBGE, 36% das mães periféricas não possuem carteira de trabalho assinada.

Foi o caso **Edith Alves**, que por não poder trabalhar fora sendo mãe solo, teve desde sempre a responsabilidade total pelo cuidado e sustento dos filhos. Para suprir as necessidades da casa, ela realizava diversas tarefas domésticas, como lavar e passar roupa em troca de um "dinheirinho", quando ainda vivia no sertão da Bahia. Foi lá que aprendeu, junto

com o irmão, a fazer cocada e, quando chegou ao Rio de Janeiro, foi a culinária que abriu os seus caminhos na cidade.

Moradora da Baixa do Sapateiro, dona Edith abriu um pequeno comércio, onde vende doces e deliciosas cocadas, sucesso há mais de 30 anos na Maré. A dica para um doce de sucesso, segundo Gizelda, a filha caçula, é não deixar ninguém tocar na panela de Dona Edith. Hoje, aos 80 anos, ela afirma: "tenho gratidão a Deus que esteve comigo o tempo todo".

EDUCAÇÃO CULTURAL

A cultura abre portas para a educação e o mercado de trabalho. Às vezes isso acontece de forma autodidata, mas projetos educativos e oficinas profissionalizantes podem ajudar mães das favelas a desenvolver habilidades e conhecimentos, que as auxiliam a encontrar novas oportunidades de trabalho. Cursos de música, culinária e artesanato, por exemplo, podem preparar as matriarcas para atuar na economia criativa, um setor em constante crescimento.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2021, indica que 62% das

FOTOS AFFONSO DALUIA



mulheres que trabalham como cozinheiras são negras e pardas. Por isso, o investimento em programas de qualificação profissional para elas é fundamental para ampliar oportunidades de trabalho e aumentar a renda.

A Redes da Maré atua há mais de 13 anos com qualificação profissional com foco na gastronomia local e autonomia financeira das mulheres e mães cozinheiras. Através do curso e buffet *Maré de Sabores*, mais de 1.200 mulheres já foram qualificadas e mudaram suas vidas.

EMPODERAMENTO

A cultura também atua como um espaço de expressão e empoderamento para as mães mareenses. Através da arte, elas podem dar voz às suas experiências, denunciar desigualdades e defender seus direitos. Grupos de rap, teatro e dança, por exemplo, são plataformas importantes para a luta contra a violência doméstica, o racismo, o sexismo e incidem no fortalecimento emocional e psicológico de quem sofre este tipo de violência.

O coletivo *Mulheres ao Vento*, criado em 2016, por Andreza Jorge e Simonne Alves, é um projeto comunitário de dança antirracista cujo objetivo é a produção artística e ativista das mulheres da Maré. Através das danças afro-brasileiras, busca-se o fortalecimento feminino, baseado em uma relação de diálogo sobre direitos, vivências e empoderamento. Além disso, o coletivo também cria espetáculos anuais inéditos de dança.

Adriana Custódia, 36 anos, é mãe de três filhos e conta como é participar do projeto. “Na dança eu me sinto livre, eu tenho asas pra voar. O meu corpo e movimento me libertam de tudo aquilo onde eu estava presa. Esse é o significado da dança pra mim. Esse é o significado do coletivo ‘Mulheres ao Vento’: liberdade”.

Dados do Censo Maré mostram que 52% da população feminina acima de 10 anos já passou por pelo menos uma gravidez. Dentro desse

contexto, a cultura surge como um poderoso instrumento para o sustento e a autonomia das mulheres, oferecendo um caminho de esperança, liberdade e transformação.

Adriana conta que a primeira gravidez, aos 18 anos, não foi fácil, mas que para ela “ser mãe é a coisa mais linda do mundo”. Os desafios foram superados, principalmente, com o apoio da própria mãe e do marido, evidenciando que, mesmo sendo vistas como fonte inesgotável de carinho, as mães também precisam de cuidado.

Estudos de 2023 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontam que: 25% das mães brasileiras sofrem de depressão pós-parto. Dentre as causas, estão fatores como baixa condição socioeconômica, gestações não planejadas, a mulher ter mais de dois filhos e antecedentes de transtornos mentais. Além disso, o perfil dessas mães indicam que a maioria são mulheres pardas e pretas.

Em recente pesquisa divulgada em dezembro de 2023, a Fundação Itaú e Datafolha descobriram que, 54% dos brasileiros consideram as atividades culturais como a melhor fonte de bem-estar, ocasionando principalmente a redução do estresse, da ansiedade e da tristeza. Também aponta ajuda a melhorar o relacionamento entre as pessoas. No caso da maternidade, ainda podem ser a chave para suavizar os desafios de ser mãe.

Adriana reforça a importância da dança neste processo: “O projeto ‘Mulheres ao Vento’ me salvou da depressão, me salvou das crises de ansiedade. Quando eu estou dançando, eu me sinto livre, eu me sinto empoderada, eu me sinto forte”, conta.

FOTOS AFFONSO DALUA



